

TORCEDORES DE FUTEBOL, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: APONTAMENTOS TEÓRICOS

FOOTBALL FANS, DOMINATION AND RESISTANCE: THEORETICAL NOTES

Felipe Tavares Paes Lopes*

Resumo: Neste artigo, busco realçar os pressupostos que subjazem aquelas que considero ser as linhas argumentativas centrais de algumas das abordagens críticas do esporte e avaliar sua força e suas limitações para a compreensão das relações de dominação no futebol, assim como para a análise das formas de resistência dos torcedores a essas relações. Para tanto, em um primeiro momento, problematizo as análises marxistas-althusserianas do futebol e argumento a favor de uma análise interseccional das relações de dominação no futebol. Em um segundo momento, volto minha atenção para os estudos sobre a resistência torcedora, argumentando que o conceito de resistência deve ser desvinculado do de hegemonia.

Palavras-chave: futebol, hegemonia, interseccionalidade.

Abstract: In this paper, I seek to highlight the assumptions that underlie what I consider to be the central argumentative lines of some of the critical approaches to sport as well as to assess its strength and limitations for understanding the relationships of domination in football, and for analysing the ways supporters resist to these relationships. To do so, at first, I problematize the Marxist-Althusserian analyses of football and argue in favour of an intersectional analysis of domination relations in football. In a second moment, I turn my attention to the studies on of the resistance football fans, arguing that the concept of resistance must be disconnected from the concept of hegemony.

Keywords: football, hegemony, intersectionality.

Introdução

Neste artigo, busco retratar os contornos históricos e teóricos do debate acadêmico sobre torcedores de futebol, dominação e resistência realizado nas últimas décadas no Brasil, com a intenção não apenas de realçar algumas controvérsias presentes nesse debate, mas, também, de preparar caminho para um enfoque mais construtivo. Cabe destacar, todavia, que a discussão realizada aqui é bastante seletiva, deixando de lado muitas produções, análises e divergências que, certamente, merecem ser discutidas em um estudo mais completo. Como é

* Doutor pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba, auxílio pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [lopesftp@gmail.com.br].

característico de qualquer produção ensaística, esta é orientada por interesses particulares e não tem nenhuma pretensão de esgotar o assunto. Na verdade, tenho como objetivo apenas realçar os pressupostos que subjazem aquelas que considero ser as linhas argumentativas centrais de algumas das abordagens críticas do esporte e avaliar sua força e suas limitações para a compreensão das relações de dominação no futebol, assim como para a análise das práticas de resistência dos torcedores a essas relações.

Para alcançar esses objetivos, optei por organizar o texto em duas seções. Na primeira, discuto e problematizo as interpretações de orientação marxista-althusseriana do futebol, que o compreendem como um aparelho ideológico de Estado (AIE), privilegiando, portanto, a dominação de classe como eixo principal de investigação. Em tal seção, também argumento a favor de uma análise interseccional das relações de dominação no futebol, buscando indicar que o peso de cada uma dessas relações e as formas como elas operam conjuntamente variam de acordo com o contexto sócio-histórico focalizado. Na segunda seção, volto minha atenção para os estudos sobre a resistência torcedora. Ao fazer isso, defendo que o conceito de resistência seja dissociado da discussão sobre hegemonia, argumentando que ele deve ser empregado para caracterizar as práticas torcedoras que servem, em determinados contextos sócio-históricos, para desafiar, contestar ou transformar relações de dominação.

Para além da dominação de classe: por uma perspectiva interseccional das opressões no futebol

No Brasil, o futebol passou a fazer parte, de forma mais sistematizada e sistemática, da agenda das Ciências Humanas e Sociais somente no início da década de 1980, conforme destaca Luiz Henrique de Toledo em balanço bibliográfico,¹ que foi recentemente atualizado.² De acordo com Ronaldo Helal³, por muito tempo, houve um descaso por parte dessas ciências com esse esporte. Descaso que por si só já é, na sua perspectiva, um tema de relevância científica e revelador das relações entre poder e saber no nosso país. Apesar desse descaso, não se pode afirmar que, antes da referida década, inexistissem produções sobre o tema. Ao contrário, já

¹ TOLEDO, Luiz Henrique de. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 133-165, 2001.

² TOLEDO, Luiz Henrique de. Balanços bibliográficos e ciclos randômicos: o caso dos futebolis na antropologia brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n. 94, p. 1-32, 2020.

³ HELAL, Ronaldo. Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, vol. 08, n. 21, p. 11-38, 2011.

havia alguns instigantes ensaios, como atestam os escritos de Anatol Rosenfeld, Mário Filho, Gilberto Freyre, Décio Almeida Prado e Vilém Flusser⁴.

Entre os mais influentes autores a estudar o futebol brasileiro, destaco Roberto DaMatta⁵. Inserindo-se numa tradição de grandes intelectuais brasileiros que buscaram pensar o país do ponto de vista da periferia, o antropólogo propôs-se a estudar a nossa sociedade pelo “avesso”, ou seja, por meio de temas que, até o fim da década de 1970, eram considerados menores ou pouco sérios pela elite intelectual do país, como o próprio futebol. Ao debruçar-se sobre o “esporte bretão”, DaMatta investiu contra o viés “utilitarista” da perspectiva marxista. Afinal, para ele, a questão não era somente verificar a que projeto político o futebol serve, mas compreender a sua especificidade como manifestação social. E, ao buscar compreender essa especificidade, refutou a ideia de que o futebol fosse uma variante do “ópio do povo”, uma vez que essa ideia só reforçaria as desigualdades de classe e o preconceito contra as massas (vistas como ignorantes) – como se houvesse a necessidade de uma elite intelectual que lhes dissesse o que é certo e o que é errado. Na verdade, para ele, o futebol, no contexto brasileiro, constitui um fenômeno progressista, modernizador e democrático. Afinal, dentro do campo de jogo, não importariam os graus de amizade e parentesco, mas de qualidade técnica. Em outras palavras, o futebol seria uma atividade na qual não haveria favorecimento individual pela condição financeira, mas em que todos poderiam mostrar suas habilidades. E, mais ainda, uma experiência em que, quando as regras são quebradas, isso é muito facilmente perceptível. Nesse sentido, ele permitiria ao brasileiro viver uma autêntica experiência democrática, negada nas outras esferas sociais, caracterizadas pelas relações patriarcais e clientelistas⁶.

A despeito da originalidade da interpretação oferecida por DaMatta e da sua influência sobre a produção científica acerca do futebol brasileiro, ela subestima, segundo Alexandre Vaz⁷, a inserção desse futebol na indústria cultural e, por conseguinte, dá pouca atenção aos seus vínculos com a lógica capitalista de organização da nossa sociedade. Vínculos que, como já nos chamavam atenção as interpretações oferecidas pelas correntes marxistas e neomarxistas, são de fundamental importância para a compressão de seu significado e papel. No Brasil,

⁴ HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O ensaio como gênero e a produção ensaística sobre futebol no Brasil: um balanço. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; CAMPOS, Priscila F. SILVAS, Silvio Ricardo da. **Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer. Vol II**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2017, p. 31-58.

⁵ DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, Roberto (Org.). **Universo do futebol**. Rio de Janeiro: Pinakotek, 1982.

⁶ VAZ, Alexandre Fernandez. DaMatta: o futebol como drama e mitologia. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo. (Orgs). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 139-164.

⁷ Idem.

Roberto Ramos⁸, provavelmente, é um dos principais expoentes dessas correntes. No seu clássico *Futebol: ideologia do poder*, publicado em 1984, ele busca sustentar a tese de que o futebol opera como um aparelho ideológico de Estado. Para tanto, apoia-se na obra do filósofo francês Louis Althusser⁹, que também norteou a pesquisa de alguns dos grandes sociólogos do esporte, como Jean Marie Brohm¹⁰. Grosso modo, este argumenta que o “esporte moderno” não apenas é o produto do desenvolvimento do capitalismo, mas serve para legitimá-lo, refletindo a visão de mundo da burguesia.

De acordo com John Scott¹¹, Althusser apareceu com ímpeto no cenário intelectual em meados da década de 1960, criticando a ossificação da teoria marxista sob a ortodoxia stalinista, “[...] que reduzira a determinação social a forças produtivas, tomando, portanto, a forma de um economismo ou economicismo”. Para realizar tal crítica, o filósofo francês argumenta que, projetada no campo político, a dominação econômica não assume uma forma bruta, simples e imediata¹². Afinal, o que asseguraria a reprodução das relações de produção seria o exercício do poder estatal, tanto nos aparelhos repressivos de Estado (AREs) quanto nos AIEs. Conforme explica, enquanto os primeiros são constituídos por instituições como o Exército, a Polícia, as prisões, os tribunais, a administração pública etc., os segundos são formados pela Igreja, pela família, pela escola, pelos partidos políticos, pelos sindicatos, pela imprensa e pela cultura – incluindo, aqui, os esportes.

Segundo Althusser¹³, esses dois tipos de instituição diferem, fundamentalmente, por duas razões. Primeira: enquanto os AREs pertencem inteiramente ao domínio público, a grande maioria dos AIEs pertence à esfera privada. Essa diferenciação incorre num problema: se a maioria dos AIEs pertence à esfera privada, com que direito podemos considerá-los como sendo um aparelho de Estado? Althusser responde a essa objeção recordando que a distinção entre público e privado é uma distinção feita pelo direito burguês. Assim, segue ele, o Estado – que é sempre o Estado da classe dominante – não é nem público nem privado, mas a própria

⁸ RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁹ ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação)*. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. 5ª ed. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 105-142.

¹⁰ BROHM, Jean-Marie. 20 tesis sobre el deporte. In: BARBERO, Jose Ignacio (Ed.). **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993, p. 47-55.

¹¹ SCOTT, John. **50 grandes sociólogos contemporâneos**. Tradução Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Contexto, 2009, p. 13.

¹² LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos**. 3ª ed. Tradução Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2004.

¹³ ALTHUSSER, Louis. *Op. Cit.*

condição para essa distinção. Dessa forma, a seu ver, o que realmente importa não é que as instituições em que se materializam os AIEs sejam “privadas”, mas que funcionam pela ideologia. Segunda razão: enquanto os AIEs funcionam, maciça e predominantemente, à base da ideologia, os AREs funcionam, maciça e predominantemente, à base da repressão. Isso significa que, sendo um AIE, o futebol serviria à manutenção da ordem social capitalista contribuindo para criar uma representação da relação imaginária das pessoas com suas condições reais de existência.

A ideia de que o futebol é um AIE, certamente, possui o mérito de iluminar os vínculos entre o processo de produção, transmissão e recepção/consumo do espetáculo futebolístico e a lógica de organização capitalista da sociedade. Ademais, chama a atenção para o fato de que esse espetáculo cumpre (ou pode cumprir) uma importante função na reprodução da ordem social e política. Afinal, na perspectiva de Althusser,¹⁴ a reprodução das relações sociais não depende apenas da reprodução das condições materiais de vida, mas, também, dos valores e crenças difundidos pelas agências do Estado – como seria o caso do futebol. No entanto, tal ideia parece sobrestimar o poder unificador do futebol, como se ele servisse, basicamente, para proporcionar valores e normas coletivamente partilhados e, assim, promover uma falsa conciliação de classe.¹⁵ Na verdade, há pouca evidência de que o universo do futebol esteja baseado sobre grandes consensos. Ao contrário, há, no seu interior, uma diversidade de valores (concorrentes), que enseja disputas intestinas em torno de como o espetáculo futebolístico deve ser produzido, transmitido e recebido/consumido. Por exemplo, enquanto alguns grupos aplaudem a “modernização” desse espetáculo; outros engajam-se na luta contra o “futebol moderno”.¹⁶

Outro problema da interpretação althusseriana do futebol diz respeito à ênfase por ela dada às relações de dominação de classe. A despeito de a análise dessas relações ser relevante para a compreensão do papel e dos significados do futebol nas sociedades capitalistas, tais relações são apenas um eixo da desigualdade e subordinação nessas sociedades; não sendo, necessariamente, o principal. Na verdade, o peso relativo de cada forma de dominação (de sexo, gênero, raça, idade etc.) e o modo como operam conjuntamente irão variar de contexto para contexto. Por exemplo, no campo de interação das torcidas organizadas, o peso relativo às

¹⁴ ALTHUSSER, Louis. *Op.Cit.*

¹⁵ RAMOS, Roberto. *Op.Cit.*

¹⁶ LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios de São Paulo. *Tempo*, v. 24, n. 2, 2018, p. 207-232.

relações de dominação de sexo/gênero é mais determinante do que o relativo às de classe e raça no que diz respeito ao acesso às posições de poder. Afinal, enquanto qualquer homem assumidamente heterossexual (seja rico ou pobre, branco ou negro) pode chegar à presidência dessas torcidas; uma mulher muito dificilmente ocupará uma posição de poder na sua estrutura hierárquica. Isso deve-se ao ideal de masculinidade que caracteriza essas torcidas, que reforça a dominação dos homens sobre as mulheres, que é dissimulada sob a imagem da proteção.¹⁷

Diante dos problemas suscitados pela noção de AIE, considero que as relações de dominação no futebol podem ser melhor compreendidas se analisadas a partir de outro conceito: o de interseccionalidade. De acordo com Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015),¹⁸ esse conceito foi desenvolvido a partir da década de 1980, em trabalhos de feministas inglesas e estadunidenses, oriundos de debates realizados na interface entre produção acadêmica e luta política. Tal conceito, no entanto, está longe de possuir uma definição única. Ao contrário, tem sido ressignificado e remoldado ao longo dos anos, suscitando múltiplas controvérsias. De qualquer maneira, é possível afirmar que, de modo geral, os estudos que o adotam possuem uma percepção crítica de que as relações de classe, raça, gênero etc. “[...] não operam de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas”.¹⁹ Isso não significa, no entanto, negar a efetividade específica de cada eixo de dominação. Mas, sim, chamar a atenção para o fato de que as diferentes formas de opressão operam juntas e conjuntamente, restringindo ou potencializando as trajetórias das pessoas. E que, por conseguinte, devemos compreender as formas de resistência e de organização coletiva no futebol como sendo ativadas por experiências que não permitem isolar gênero, classe e raça.

De acordo com Biroli e Miguel,²⁰ autoras como Danièle Kergoat²¹ apontam para alguns problemas dos estudos que adotam o conceito de interseccionalidade. Entre eles, destacam três: primeiro, a tendência de conferirem pouca relevância para as relações de classe, privilegiando

¹⁷ LOPES, Felipe Tavares Paes; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. No campo das torcidas organizadas de futebol: interações sociais e aprendizagens. *In*: TEIXEIRA, Rosana da Câmara; MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. (Org.). **Futebol na sala de aula: jogadas, dribles, passes, esquemas táticos e atuações para o ensino de Ciências Sociais e de História**. Niterói, EDUFF, 2021, p. 137-175.

¹⁸ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015, p. 27-55.

¹⁹ COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, n. 41, 2015, p. 2.

²⁰ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Op.Cit.*

²¹ KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução Antonia Malta Campos. **Novos Estudos**, n. 86, 2010, p. 93-103.

o cruzamento entre gênero e raça; segundo, a tendência de fixarem como estanques relações que são sempre dinâmicas; e terceiro, a tendência de perderem de vista que o peso relativo de cada eixo de dominação é variável e sempre se define contextualmente. Evidentemente, não podemos compreender devidamente nenhum processo e nenhuma prática social se não considerarmos seus caracteres contextual e processual. Assim, podemos dizer que, embora fundamental, uma leitura interseccional das formas de dominação no futebol precisa, necessariamente, superar os problemas apontados.

Também não podemos incorrer no equívoco de suspender a dominação de classe como um problema teórico e social dentro do universo do futebol. Afinal, em um contexto de aprofundamento do processo de elitização do espetáculo futebolístico, as diferenças de classe continuam fundamentais para o entendimento dos privilégios e das desvantagens das pessoas no referido universo. Todavia, tampouco devemos tomar a dominação de classe como sendo, necessariamente, a fonte última de todas as formas de opressão dentro desse universo. Na verdade, a forma como uma pessoa será afetada por essa forma de dominação, assim como por todas as outras, dependerá do contexto concreto em que ela está inserida. Diante disso, considero que, para desenvolvermos uma leitura adequada das formas de dominação presentes no universo do futebol, é preciso considerar a multiplicidade das assimetrias que caracterizam esse universo (de gênero, raça, classe etc.) e que elas não são permanentes, mas mudam com o tempo. Por exemplo, é possível ventilar a hipótese de que o sexismo vem assumindo uma forma mais velada e indireta nas arquibancadas e nos campos – aqui, vale recordar que o futebol praticado por mulheres chegou a ser proibido no Brasil durante quase quarenta anos (de 1941 a 1979). Também penso que é preciso considerar que a importância de cada uma dessas assimetrias e as formas como se articulam variarão conforme o contexto social enfocado. Por exemplo, como já antecipei, para a estrutura de poder das torcidas organizadas, o fator gênero é mais relevante do que os demais.

Para além da noção de hegemonia: (re)pensando a resistência

Até aqui, debrucei-me sobre a discussão acerca da análise das relações de dominação no futebol. Agora, volto minha atenção para o campo de discussão sobre as formas de resistência a essas relações. No Brasil, já existem algumas relevantes produções científicas que buscam identificar e compreender as práticas de resistência exercidas no interior do universo

do futebol – tais como o livro *A democracia corinthiana*”, de José Paulo Florenzano,²² publicado em 2009, que discute a luta de jogadores de futebol (no caso, do Corinthians) contra as opressões presentes em seu ambiente profissional. Ainda que essas produções sejam relevantes, neste artigo, limito-me a discutir apenas aqueles estudos que se referem mais diretamente às lutas torcedoras. Para tanto, é preciso termos em mente que a maior parte deles foi desenvolvida no interior do campo de estudos sobre as torcidas organizadas e que este foi constituído, em grande medida, por contribuições advindas da Antropologia. A importância dessa ciência para a consolidação de tal campo não chega a ser surpreendente, dada a sua importância para o desenvolvimento dos estudos sobre o futebol e dada a particularidade de sua abordagem.

De acordo com François Laplantine,²³ a Antropologia consolidou-se como atividade científica apenas no primeiro terço do século XX, a partir dos trabalhos de Franz Boas e Bronislaw Malinowski. Segundo o autor, foi nesse momento que a atividade de observação direta começou a ser compreendida como parte integrante do trabalho da pesquisa e que o próprio pesquisador passou a ir a campo e a compartilhar a intimidade dos nativos. Estes deixaram de ser vistos somente como meros informadores e passaram a ser percebidos como pessoas capazes de ensinar muitas coisas ao etnógrafo: seus modos de vida, de sentir e de pensar. Com essa nova visão, a Antropologia transformou-se em uma espécie de ciência da alteridade, que pressupõe uma experiência de descentramento radical. Afinal, o antropólogo passou a ter como objetivo deixar-se naturalizar pela sociedade que estuda. Converter-se a uma outra mentalidade. Para, só então, adotar um olhar mais distanciado e buscar compreender as lógicas que escapam aos seus membros.

A adoção desse tipo de abordagem implica que o torcedor de futebol – tomado como um nativo –, não pode mais ser tratado simplesmente como um simples alienado, como muitas vezes foi interpretado pelas análises marxistas e neomarxistas. Afinal, ainda que as lógicas de sua ação não sejam perfeitamente transparentes a ele próprio, tratar-se-ia de alguém que tem muito a oferecer em termos de conhecimento aos intérpretes do futebol. Estes, por sua vez, já não podem mais adotar uma perspectiva totalmente distanciado do futebol, ou seja, realizar uma compreensão apenas de fora e permanecer sempre com a última palavra. Afinal, como observa

²² FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: FAPESP; São Paulo: EDUC, 2009.

²³ LAPLANTINE, François. **Aprender a antropologia**. Tradução Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Laplantine,²⁴ “quando o discurso sobre o outro tende a dominar o discurso do outro, degenera habitualmente em um discurso à revelia do outro, podendo contribuir na morte do outro (e na morte das civilizações)”. Essa abertura ao outro foi condição necessária para a emergência de um campo de estudos sobre torcidas organizadas. Afinal, sem ela, os integrantes dessas torcidas seguiriam sem direito à palavra, vistos como pessoas que não têm nada de importante a dizer. Até mesmo porque, segundo o discurso predominante na mídia, eles não passariam de “bárbaros”, “selvagens”, “vagabundos”, “excrescências”, “bandidos vestidos de torcedores”.²⁵

A busca por compreender o ponto de vista dos torcedores organizados é evidente já nos primeiros estudos antropológicos sobre o tema. A partir dele, autores como Benedito Tadeu César,²⁶ Luiz Henrique de Toledo²⁷ e Rosana da Câmara Teixeira²⁸ teceram importantes reflexões sobre os rituais, as identidades, as memórias, as relações com o espaço urbano e as redes de amizade/inimizade dos referidos torcedores, além de analisarem seu envolvimento com a violência. Todavia, suas lutas políticas ganharam mais destaque com a publicação, em 2009, do livro *O clube como vontade e representação*, de Bernardo Borges Buarque de Hollanda.²⁹ Afinal, ao debruçar-se sobre o processo de formação das torcidas organizadas cariocas, o historiador abordou, entre outros temas, suas greves, piquetes e boicotes pela redução do preço dos ingressos no início dos anos 1980, que levou à fundação da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ).

Hollanda³⁰ participa de uma tradição de pesquisadores que buscam escapar do mecanicismo economicista do marxismo vulgar, que interpreta o futebol a partir de uma relação direta com o campo econômico. Para tanto, apropria-se da obra do historiador britânico Edward P. Thompson – que, nas suas palavras, [...] relativizou as visões estanques e tradicionais de circunscrição do proletariado, operadas no interior do marxismo, visto como subproduto

²⁴ LAPLANTINE, François. *Op. cit.*, p. 185.

²⁵ LOPES, Felipe Tavares Paes. **Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social**. Curitiba: CRV, 2019.

²⁶ CÉSAR, Benedito Tadeu. **Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo: ou, o duelo**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1981.

²⁷ TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados; Campinas: Anpocs, 1996.

²⁸ TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão: visitante jovens torcidas cariocas**. São Paulo: Annablume, 2003.

²⁹ HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

³⁰ *Idem*.

inexorável da era do desenvolvimento técnico das forças produtivas e das relações de produção”.³¹ Ao apropriar-se de tal obra, Hollanda³² pôde deslocar, portanto, o foco marxista tradicional de observação da luta de classes da vanguarda operária – organizada pelos sindicatos e partidos revolucionários – para os atos cotidianos de insurgência protagonizados por variados grupos sociais (como as torcidas organizadas cariocas, seu objeto de estudo) – o que, por sua vez, o permitiu interpretar a organização e as lutas dessas torcidas como um espaço de formação de consciência de classe, ou seja, como um espaço onde se cria uma noção coletiva de interesses comuns.³³ Por conseguinte, desinterditou a questão da resistência torcedora como problema de pesquisa, abrindo caminho para novos trabalhos sobre o tema.

Esses trabalhos podem ser distinguidos em três categorias: primeira, aquela que agrupa os estudos que se debruçam sobre as torcidas ou coletivos formados por mulheres e/ou por pessoas LGBTQIA+; segunda, aquela que reúne as pesquisas que buscam examinar as entidades representativas das torcidas organizadas; e terceira, aquela que engloba as investigações que examinam os novos movimentos e coletivos de torcedores: suas culturas e lutas. Entre estas últimas investigações, destaco o livro *Cientes versus rebeldes*, de Irlan Simões,³⁴ que estabelece um fértil diálogo com vários autores, como o filósofo italiano Antonio Gramsci,³⁵ que desenvolveu o conceito de hegemonia. Devido à sua (enorme) importância para o campo de estudos sobre futebol, em geral, e para a análise das lutas torcedoras, em particular, volto, agora, minha atenção para ele.

Na América Latina, um dos principais autores a utilizar o conceito de hegemonia para investigar as lutas torcedoras e suas práticas de resistência é Pablo Alabarces. Em um capítulo publicado na compilação *Resistencias y Mediaciones*, organizado por ele próprio e por María Graciela Rodríguez, destaca que o conceito de resistência “[...] describe la posibilidad de que sectores en posición subalterna desarrollen acciones que puedan ser interpretadas, por el analista o por los actores involucrados, como destinadas a señalar la relación de dominación o a modificarla”.³⁶ Considero essa definição de resistência particularmente útil analiticamente,

³¹ HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *Op.Cit.*, p. 136.

³² *Ibidem*.

³³ SIMÕES, Irlan. **Cientes versus rebeldes**: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

³⁴ SIMÕES, Irlan. *Op.Cit.*

³⁵ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. 14ª ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

³⁶ Na minha tradução, “[...] descreve a possibilidade de que setores em posição subalterna desenvolvam ações que possam ser interpretadas, pelo analista ou pelos atores envolvidos, como destinadas a assinalar a relação de dominação ou a modificá-la”. ALABARCES, Pablo. Introducción. Un itinerario y algunas apuestas. *In*:

pois permite classificar uma enorme variedade tanto de práticas, formais e informais, como de resistência. Ademais, ela participa de uma tradição acadêmica de pesquisas sobre culturas populares que concebe que as relações de dominação, hegemonização e subalternidade se modificam constante e mutuamente e que compreende que os atores envolvidos nessas relações são ativos. Em outras palavras, participa de uma tradição de pesquisas que compreende que as referidas culturas constituem um espaço caracterizado por uma infinidade de posições, ou seja, constituem um espaço de disputa, lutas, conflitos e negociação, e não um mero instrumento de manipulação, alienação e dominação.

A despeito dessas vantagens analíticas, considero adequado desvincular a discussão sobre resistência do conceito de hegemonia. Antes de apresentar meu argumento, penso ser válido detalhar tal conceito. De acordo com Jennifer Hargreaves,³⁷ ele serve para descrever uma forma de controle que é mais persuasivo do que coercitivo, operando como uma forma de convencimento ideológico. Um convencimento que, em última instância, visaria ao estabelecimento de consensos. Todavia, segue a autora, esses consensos nunca são absolutos. Ao contrário, estão sempre em disputa nas sociedades capitalistas. A hegemonia, portanto, não constituiria um fenômeno que funciona como tudo ou nada. Afinal, a fim de manter sua credibilidade e controle em geral, os grupos dominantes têm de fazer concessões. Por essa razão, a hegemonia não poderia ser caracterizada como uma simples dominação passiva. Ela precisaria ser recriada, defendida e modificada continuamente, já que seria permanentemente atacada, contestada e desafiada pelos grupos subalternos. Em outras palavras, a hegemonia seria garantida pelo exercício de uma liderança política por parte das classes dominantes baseada no “consentimento ativo” das classes subordinadas.

Segundo Michael Burawoy,³⁸ ao sustentar a ideia de “consentimento ativo”, Gramsci rejeita a noção de “falsa consciência”, que sempre foi cara à tradição marxista. Afinal, para o filósofo italiano, a hegemonia não tem um fundamento inconsciente, ou seja, ela não operaria por meio da mistificação da realidade. Não operaria, mais exatamente, por meio do desconhecimento profundo dos trabalhadores das formas de dominação a que estão submetidos, como se eles tivessem internalizado essas formas a ponto de sequer conseguirem reconhecê-las

ALABARCES, Pablo; RODRÍGUEZ, María Graciela (Comp.). **Resistencias y mediaciones:** estudios sobre cultura popular. Buenos Aires: Paidós, 2008, p. 33.

³⁷ HARGREAVES, Jennifer. Promesas y problemas en el ocio y los deportes femeninos. In: BARBERO, Jose Ignacio (Ed.). **Materiales de sociología del deporte.** Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993, 109-132.

³⁸ BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu.** Tradução: Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

mais como tais. Na verdade, na visão de Gramsci, os trabalhadores sabiam, até certo ponto, o que estavam fazendo, só tinham dificuldade de visualizar qualquer coisa além do capitalismo. Nesse sentido, podemos afirmar que, do seu ponto de vista, a ordem social capitalista é reproduzida na medida em que se apresentaria para eles como permanente e imutável, ou seja, na medida em que seria perpetuada. Isso não os impediria, no entanto, de possuírem certa perspectiva crítica dela, ainda que embrionária. Perspectiva que poderia ser desenvolvida por meio do diálogo com os intelectuais orgânicos (vinculados organicamente a uma classe social), que, por sua vez, poderiam transformá-la em um conhecimento teórico do mundo.

A despeito da sua relevância para o estudo das práticas de resistência no futebol, o conceito de hegemonia, assim como o conceito de AIE, sobrestima o papel do consenso na reprodução da ordem social, ainda que ele preveja, como acabei de indicar, sua contestação. Como nos recorda John B. Thompson,³⁹ ao longo do curso do dia a dia, as pessoas inserem-se em variados contextos, não sendo, portanto, necessariamente informadas por valores e crenças abrangentes. Ao contrário, rejeitam esses valores e crenças em muitas situações cotidianas – adotando, inclusive, posturas céticas e cínicas em relação a eles. No universo do futebol, isso fica claro, por exemplo, na oposição feita à hipermercantilização do futebol e ao modo socialmente autorizado de consumi-lo, que requer, cada vez mais, uma relação “fria” e “distanciada” com o espetáculo futebolístico. A adoção dessas posturas não significa, todavia, um desafio à ordem social dominante. Afinal, elas, muitas vezes, são contaminadas por valores tradicionais e conservadores, levando seus agentes à resignação. Ademais, as divisões na sociedade podem se ramificar (ao longo de linhas de gênero, raça, idade etc.) a ponto de formarem barreiras intransponíveis para a constituição de movimentos que poderiam ameaçar as forças dominantes. Nas palavras de Douglas Kellner,⁴⁰ “[...] a inclinação a políticas de horizontes estreitos e/ou individualistas fragmenta os movimentos progressistas e torna muitos de seus participantes cegos para as necessárias ligações e interconexões com os outros na oposição ou nas lutas contrárias às forças hegemônicas”. Por essa razão, de acordo com Thompson,⁴¹ a reprodução da ordem social parece depender menos da constituição de um

³⁹ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4ª ed. Tradução Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴⁰ KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos culturais; identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução: Ivone Castilho Beneditti. Bauru: EDUSC, 2001, p. 31.

⁴¹ THOMPSON, John B. *Op.Cit.*

consenso do que da sua falta. Mais exatamente, parece depender, principalmente, da falta de um acordo sobre como converter variadas atitudes contestatórias em ação política coerente.

Assim, considerando que a unificação (via consenso) é uma entre outras formas de operação da ideologia nos dias de hoje – podendo, portanto, ser dispensada em alguns contextos – considero importante romper o elo do estudo da resistência com o da discussão sobre hegemonia. Inspirado na noção de crítica da ideologia de Thompson, proponho, assim, que tal estudo enfoque as maneiras por meio das quais as práticas sociais servem para contestar, desafiar e/ou enfrentar, em circunstâncias sócio-históricas específicas, relações de dominação – entendendo por dominação aquelas relações de poder que são sistematicamente assimétricas, isto é, quando determinados grupos sociais “[...] possuem poder de maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual a exclusão é levada a efeito”.⁴²

Essa definição assemelha-se bastante à definição supramencionada de Alabarces. Há, no entanto, duas diferenças principais: primeira, na conceituação proposta, o simples fato de uma ação ser destinada a indicar ou a modificar uma relação de dominação não é suficiente para considerá-la de resistência. É preciso que ela efetivamente a desafie e a transforme. Nesse sentido, paradoxalmente, um ato que vise resistir a uma opressão pode – caso, em última instância, sirva para mantê-la – ser considerada como colaboradora da ordem social. Segunda, pelas razões já expostas, ela não tem a pretensão de se vincular ao referencial gramsciano. Esta segunda diferença não tem a ver com a definição em si, mas com o esquema teórico em que se insere.

Importante destacar que o estudo da resistência difere da discussão que Thompson⁴³ faz da (crítica da) ideologia em um ponto importante: tal discussão restringe-se a abordar as formas por meio das quais o sentido serve às relações de dominação. Todavia, como ele mesmo reconhece, não há dúvida de que essas relações podem ser mantidas ou transformadas por meio de outros fatores, como o exercício da força bruta. Evidentemente, um estudo mais completo da resistência não pode perder de vista esses outros fatores. Caso contrário, aceitaria, implicitamente, que, para mudar o mundo social, bastaria transformar o mundo simbólico. E, como a história não cansa de mostrar, uma insurreição não é só feita de palavras. Também é importante destacar que, ao falar das maneiras como as práticas sociais “servem para contestar,

⁴² THOMPSON, John B. *Op.Cit.* p. 81.

⁴³ *Ibidem.*

desafiar e/ou enfrentar”, não estou empregando, implicitamente, um ponto de vista funcionalista. Ainda que esteja interessado, num sentido amplo, nos “papéis” que uma série de atividades desempenham na contestação da ordem dominante, não parto do pressuposto de que essa ordem opera como um sistema, como se ela possuísse certas necessidades preexistentes e indispensáveis para se manter estável e as práticas de resistência constituíssem um elemento desestabilizador. O conflito social, portanto, não é tido aqui como algo que desarmoniza, como uma “patologia”, mas, sim, como o próprio motor da transformação social.

Feito esse esclarecimento, destaco que a articulação entre resistência e dominação também evita a tendência – presente em alguns estudos culturais, como aqueles desenvolvidos por John Fiske e analisados por Kellner⁴⁴ – de louvar a resistência *per se*, sem fazer distinção entre suas diferentes formas. Tal tendência leva à despolitização do termo, que tende a equiparar resistência à evasão de responsabilidade. Equiparação que, por exemplo, interpreta o flamar da juventude pelas praias, surfando ou matando o tempo nas praças, como formas de resistência. De acordo com Kellner,⁴⁵ ainda que tais atividades possam ser prazerosas e, de certo modo, permitam uma fuga das formas de controle cotidianas, elas não desafiam as formas existentes de dominação nem alteram as estruturas de opressão que subjugam aqueles que “resistem”.

Reivindicar a politização do termo não significa, todavia, limitar a resistência àquela feita em grande escala e de forma coletiva e organizada. Não significa, portanto, se interessar, como faz parte das organizações de esquerda e analistas sociais, somente pelas associações que organizam a luta política mais ampla. Importante recordar da distinção feita por Karl Marx entre classes em si e classes para si: enquanto a primeira refere-se ao conjunto de membros de uma sociedade que compartilham determinadas condições objetivas de existência; a segunda refere-se “[...] as classes que se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída também do ponto de vista subjetivo”.⁴⁶ Em outras palavras, do seu ponto de vista, a consciência de classe conduz à formação de organizações políticas – como os sindicatos e os partidos revolucionários –, que, por sua vez, buscam a união dos membros da classe trabalhadora a fim de alcançar seus interesses e enfrentar as forças dominantes. Estas organizações seriam, portanto, fundamentais para que a referida classe pudesse desempenhar seu papel revolucionário.

⁴⁴ KELLNER, Douglas. *Op.Cit.*

⁴⁵ KELLNER, Douglas. *Op.Cit.*

⁴⁶ OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTEIRO, Tania. Karl Marx. In: QUINTEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. (Orgs.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 43.

No entanto, na perspectiva (provocadora) do pesquisador anarquista James Scott,⁴⁷ a luta de classes não pressupõe, necessariamente, a existência dessas organizações. Afinal, ela precederia a própria constituição das classes sociais, ou seja, precederia qualquer entendimento de que há uma classe social da qual se faz parte. Afinal, a (dura) experiência vivida dos oprimidos imporá embates e demonstrará, em si mesma, a oposição entre os interesses conflitantes presentes nas relações sociais.⁴⁸ Em outras palavras, para o autor, há uma “luta de classes sem classe”, que ocorreria em embates cotidianos entre dominantes e dominados. Nesse sentido, não haveria a necessidade de uma cosmovisão elaborada para haver resistência. Tampouco haveria a necessidade de a resistência assumir a forma de uma luta política aberta – até mesmo porque esta é demasiadamente perigosa, quando não suicida, para os oprimidos. Na verdade, para o autor, há muitas formas de resistência cotidianas em pequena escala, sem organização formal ou líderes oficiais. Logo, podemos afirmar que a luta social e, portanto, as possibilidades de transformação da sociedade ocorrem também de forma oculta – em pequenos gestos, em cochichos quase inaudíveis e em boicotes invisíveis aos olhos dos grupos dominantes. Com efeito, podemos dizer que as práticas cotidianas não são nem irrelevantes nem insignificantes para o estudo da resistência.⁴⁹ A própria recepção do espetáculo futebolístico é marcada por inúmeras pequenas transgressões que podem representar formas incipientes de críticas ao *status quo* – como utilizar ilegalmente elementos pirotécnicos, se recusar a assistir à partida sentado ou, até mesmo, ir na condição de infiltrado em uma partida de “torcida única”.⁵⁰ Assim, a referida reivindicação diz respeito apenas ao restabelecimento do elo entre resistência e dominação. Fazer a resistência significa, portanto, fazer frente às assimetrias permanentes que resultam em desigualdades e injustiças sociais. E fazer isso, no caso dos coletivos e das torcidas de futebol, pode envolver ações claramente articuladas para tanto, como ações que simplesmente fazem parte de sua cultura torcedora.

É importante ter em mente também que a resistência pode eventualmente provocar a sua própria contradição. Por exemplo, anos atrás, a transgressão deliberada das normas impostas pelas autoridades policiais aos espectadores dos espetáculos futebolísticos, como não exibir cartazes ou faixas com mensagens de “natureza política”, levou a uma ampliação dos

⁴⁷ SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. 2ª ed. México D. F.: Ediciones Era, 2004.

⁴⁸ MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁴⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

⁵⁰ LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *Op.Cit.*

mecanismos panópticos de controle.⁵¹ Também é preciso considerar que uma mensagem pode, em um mesmo contexto, ser considerada conservadora, se olhada por determinado prisma, e uma manifestação de resistência, se olhada por outro. Por exemplo, um discurso inflamado de um sindicalista contra as condições de trabalho precárias pode ser interpretado como uma manifestação de resistência da classe trabalhadora contra a burguesia. No entanto, esse mesmo discurso pode conter termos, expressões e ideias sexistas, que contribuam para a manutenção da opressão de gênero. Mais ainda, o significado de uma mensagem recebida pode estar a serviço do *status quo* e, simultaneamente, o da atividade de recepção dessa mesma mensagem pode representar uma forma resistência (e vice-versa). Por exemplo, ao mesmo tempo em que a narrativa de um romance dirigido a mulheres pode reforçar determinados valores ligados ao patriarcado, a atividade de lê-lo pode propiciar a suas leitoras um campo privado, onde podem se livrar, ainda que temporariamente, das exigências domésticas e opressões cotidianas.⁵²

Diante do exposto, é possível afirmar que o estudo da resistência não deve adotar uma perspectiva essencialista das atividades humanas. Ao contrário, deve considerar seu caráter fluido, ambíguo e contraditório. E considerá-lo significa, conforme observa Scott,⁵³ apoiando-se na obra de Erving Goffman,⁵⁴ compreender, entre outras coisas, que as relações sociais são construídas a partir de diferentes encenações do “eu” na vida cotidiana, que se dão, necessariamente, de forma contextual. Compreensão que nos faz ver que o dominado, quando na presença de um dominante, pode “encenar” um personagem submisso e obediente, mas, quando na presença de um igual, mostrar seu desprezo pelo dominante, aparentando independência e altivez (que, talvez, sequer se sustente). Não se trata, portanto, de ver, em um comportamento, hipocrisia e, no outro, a “verdade”. Afinal, ambos são o produto de processos constantes de negociação e buscam causar uma determinada impressão. Mas, sim, de indicar que aqueles comportamentos dos dominados que reafirmam a ordem social tendem a formar parte apenas de uma relação muito específica (entre dominantes e dominados), não podendo ser, portanto, universalizados. Isso não significa, obviamente, que a relação entre dominados não possa, às vezes, também legitimar ideias e valores que sirvam às elites dominantes. Mas somente assinalar a (enorme) complexidade das relações sociais e das práticas de resistência.

⁵¹ *Idem.*

⁵² THOMPSON, John B. *Op.Cit.*

⁵³ SCOTT, James. *Op.Cit.*

⁵⁴ GOFFMAN, Erving. **As representações do eu na vida cotidiana**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Considerações finais

Na primeira seção deste artigo, apresentei e discuti as interpretações de orientação althusseriana do futebol, mostrando suas forças e limites. Com isso, minha intenção não era simplesmente rejeitá-las, como se não tivessem nada de útil a nos dizer. Afinal, mesmo que tenha procurado, sob vários aspectos, afastar-me de alguns de seus argumentos centrais, considero que elas acertam ao enfatizar as relações do futebol com o modo de produção capitalista, indicando que ele pode contribuir para legitimá-lo. Também busquei mostrar a utilidade analítica de se compreender as relações de dominação no futebol a partir de uma perspectiva interseccional, que considere que o peso de cada uma dessas relações e que as formas como elas operam conjuntamente variam de acordo com o contexto.

Na segunda seção, voltei minha atenção para a discussão sobre a resistência torcedora, indicando que parte dos estudos sobre o tema se apoia no conceito de hegemonia, que serve para descrever uma forma de controle que é mais persuasivo do que coercitivo ou, mais exatamente, uma forma de convencimento ideológico que opera, principalmente, por meio do estabelecimento de consensos, ainda que permanentemente colocados em xeque e desafiados. A despeito das diversas vantagens analíticas trazidas pelo conceito de hegemonia, argumentei que a unificação (via consenso) é uma entre outras formas de operação da ideologia nos dias de hoje, podendo, inclusive, ser dispensada em alguns contextos, e que, por essa razão, é analiticamente útil romper o elo do estudo da resistência com o da discussão sobre hegemonia. Dessa forma, apoiado na obra de Thompson, busquei mostrar que tal conceito deve ser empregado para classificar aquelas práticas que, em determinadas condições históricas e sociais, servem para desafiar, contestar ou modificar relações de dominação. Ao fazer isso, espero ter contribuído para o avanço dos debates teóricos sobre as lutas torcedoras e as práticas de resistência que as sustentam.

Referências

ALABARCES, Pablo. Introducción. Un itinerário y algunas apuestas. *In*: ALABARCES, Pablo; RODRÍGUEZ, María Graciela (Comp.). **Resistencias y mediaciones**: estudios sobre cultura popular. Buenos Aires: Paidós, 2008, p. 15-30.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). *In*: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. 5ª ed. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 105-142.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015, p. 27-55.

- BLANC, Espai en. Barcelona 2004: el fascismo postmoderno. **Athenea Digital**, n. 05, 2004, p. 1-30.
- BROHM, Jean-Marie. 20 tesis sobre el deporte. *In*: BARBERO, Jose Ignacio (Ed.). **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993, p. 47-55.
- BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Tradução Fernando rogério Jardim. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- CÉSAR. Benedito Tadeu. **Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo: ou, o duelo**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, n. 41, p. 1-20, 2015.
- DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. *In*: _____ (Org.). **Universo do futebol**. Rio de Janeiro: Pinakotek, 1982.
- FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: FAPESP; São Paulo: EDUC, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **As representações do eu na vida cotidiana**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. 14ª ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- HARGREAVES, Jennifer. Promesas y problemas en el ocio y los deportes femeninos. *In*: BARBERO, Jose Ignacio (Ed.). **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993, p. 109-132.
- HELAL, Ronaldo. Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 08, n. 21, 2011, p. 11-38.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O ensaio como gênero e a produção ensaística sobre futebol no Brasil: um balanço. *In*: CORNELSEN, Elcio Loureiro; CAMPOS, Priscila F. SILVAS, Silvio Ricardo da. **Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer**. Vol II. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2017, p. 31-58.
- _____. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos culturais; identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução Ivone Castilho Beneditti. Bauru: EDUSC, 2001.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução Antonia Malta Campos. **Novos Estudos**, n. 86, 2010, p. 93-103.
- LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos**. 3ª ed. Tradução Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LAPLANTINE, François. **Aprender a antropologia**. Tradução Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. **Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social**. Curitiba: CRV, 2019.

LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios de São Paulo. **Tempo**, v. 24, n. 2, 2018, p. 207-232.

LOPES, Felipe Tavares Paes; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. No campo das torcidas organizadas de futebol: interações sociais e aprendizagens. *In*: TEIXEIRA, Rosana da Câmara; MAGALHÃES, Livia Gonçalves. (Org.). **Futebol na sala de aula: jogadas, dribles, passes, esquemas táticos e atuações para o ensino de Ciências Sociais e de História**. Niterói: EDUFF, 2021, p. 137-175.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTEIRO, Tania. Karl Marx. *In*: QUINTEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. (Orgs.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984. SIMÕES, Irlan. **Cientes versus rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. 2ª ed. México D. F.: Ediciones Era, 2004.

SCOTT, John. **50 grandes sociólogos contemporâneos**. Tradução Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Contexto, 2009.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão: visitante jovens torcidas cariocas**. São Paulo: Annablume, 2003.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4ª ed. Tradução Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Balanços bibliográficos e ciclos randômicos: o caso dos futebóis na antropologia brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 94, 2020, p. 1-32.

_____. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 133-165, 2001.

_____. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados; Campinas: Anpocs, 1996.

VAZ, Alexandre Fernandez. DaMatta: o futebol como drama e mitologia. *In*: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 139-164.